



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: TC-7511.989.23-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLÍMPIA, pessoa jurídica de direito público devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados, em atendimento ao r. despacho publicado em 20 de julho de 2023, apresentar suas JUSTIFICATIVAS, com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, e no artigo 210, inciso III, do Regimento Interno desse Egrégio Tribunal de Contas.

1. SÍNTESE DOS FATOS

Tratam os autos da III Fiscalização Ordenada na área da Resíduos Sólidos referentes às Contas Anuais do exercício de 2023.

Em apertada síntese, o Exmo. Conselheiro Relator determinou a notificação do responsável pela Prefeitura Municipal de Olímpia para que tome ciência do Relatório da III Fiscalização Ordenada 2023 – Resíduos Sólidos e, no prazo de 10 (dez) dias úteis, apresente esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela Fiscalização (evento 34), bem como informe quais as providências adotadas com objetivo de sanar as ocorrências registradas.



Por sua vez, a Douta Fiscalização, por intermédio da Unidade Regional de São José do Rio Preto - UR-08, após a inspeção *in loco* realizada, tratando de verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, destacou os seguintes apontamentos:

- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade ao art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- O Município não regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- O Município não possui coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município;
- Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo;
- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;
- Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- Os resíduos da Construção Civil não são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada em desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Os resíduos da Construção Civil Classe A são destinados, indevidamente, a área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos.”.

Diante disso, cumpre à Origem prestar os devidos esclarecimentos e descrever as ações que estão sendo realizadas diante dos sobreditos apontamentos, em atenção ao r. despacho proferido.



2. DO MÉRITO

1. A Douta Fiscalização apontou que o Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em suposta desconformidade ao art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007¹.

Inicialmente, cumpre à Origem colacionar o Plano de Recuperação e Ocupação da Área como Aterro Sanitário (**Doc. 01**) e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (**Doc. 02**).

Sobre a regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico no Município de Olímpia, cumpre afirmar que o artigo 7º da Lei nº 4.763/2022², a qual dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico da Estância Turística de Olímpia/SP, expressamente autorizou a delegação destas funções pelo Poder Executivo Municipal.

Por sua vez, por meio do artigo 1º do Decreto nº 8.622/2022³, a Origem delegou as competências de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de

1 Art. 8º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

(...)

§ 5º O titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá definir a entidade responsável pela regulação e fiscalização desses serviços, independentemente da modalidade de sua prestação.

2 Art. 7º Compete ao Município a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico ficando o Poder Executivo autorizado a delegar, conceder ou permitir sua organização; regulação; fiscalização e a prestação dos serviços, nos termos dos artigos 175 e 241 da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a Redação dada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020.

3 Art. 1º Fica delegada as competências de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - ARES-PCJ.

§ 1º A delegação referida no caput deste artigo dar-se-á por meio da celebração de Convênio de Cooperação com a referida Agência Reguladora, operando assim, a delegificação das normas municipais sobre saneamento básico, vigorando as normas expedidas pela ARES-PCJ.

§ 2º O prazo de vigência do referido Convênio de Cooperação será de 10 (dez) anos, prorrogável por iguais períodos, conforme horizonte de planejamento do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Olímpia/SP.



abastecimento de água e esgotamento sanitário à Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - ARES-PCJ.

Assim, ao contrário do suscitado pela Douta Fiscalização, a Origem definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

2. De outra banda, a Douta Fiscalização anotou que o Município não regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos.

Porém, cumpre afirmar que há coleta seletiva no Município através de ecopontos, conforme inclusive anotado pela D. Fiscalização (item C.5 do relatório), não havendo que se falar em inexistência de coleta seletiva de resíduos sólidos.

3. Foi apurado ainda pela Douta Fiscalização que existem pontos de descarte irregular de lixo no Município de Olímpia, no Bairro Cohab 3, na estrada que liga o distrito de Álvora (localizado no município de Severínia) a Olímpia.

Quanto a este ponto, cumpre esclarecer que o Município possui ações de controle de descarte irregular de resíduos sólidos fiscalização ambiental, por meio da Secretaria de Zeladoria e Meio Ambiente.

4. Anotou-se, ainda, que antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo, seja por serviço próprio ou terceirizado (item D.8 do relatório).

Em relação a este apontamento, afirma-se que os resíduos sólidos do Município são destinados em aterro licenciado da CONSTROESTE CONSTRUTORA E PARTICIPAÇÕES



LTDA., empresa que realiza este processamento, nos termos do Contrato nº 128/2018 (**Doc. 3**).

5. De outro turno, a Douta Fiscalização pontuou que supostamente não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, entretanto, cumpre afirmar que a Origem conta com tal plano, nos termos do item 7 do Plano de Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Estância Turística de Olímpia – SP (PMGIRS) (Doc. 02).

6. Em outro passo, a D. Fiscalização apontou que os resíduos da Construção Civil não são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada, em suposta desconformidade à Resolução CONAMA nº 307/2002.

Neste sentido, cumpre afirmar que a Origem está adotando providências em atenção ao apontamento da Fiscalização, pois está em fase final de cotação para a construção de usina de resíduos de construção civil para reutilização em obras.

7. Por fim, a Fiscalização aduziu que os resíduos da Construção Civil *Classe A* são destinados, indevidamente, em área não licenciada, onde também há disposição de resíduos da limpeza urbana e de resíduos volumosos.

Quanto a este apontamento, cumpre esclarecer que os resíduos de *Classe A* foram dispostos indevidamente, pois há eco ponto para tal descarte que não fora utilizado. Ainda, cumpre afirmar que a Origem está envidando esforços em busca de área para disposição correta dos resíduos desta natureza.

Dessa forma, considera-se que restaram cumpridas todas as orientações da Douta Fiscalização, ao passo que as providências estão sendo devidamente adotadas pela Origem com objetivo de sanear as ocorrências registradas.



3. DO PEDIDO

Por todo exposto, uma vez carreados aos autos os devidos esclarecimentos sobre os apontamentos anotados pela D. Fiscalização, bem como informadas as providências adotadas com objetivo de sanar as ocorrências registradas, requer-se o acolhimento das presentes Justificativas e o julgamento regular da matéria.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 31 agosto de 2023.

PERCIVAL JOSÉ BARIANI JUNIOR

OAB/SP Nº 252.566

ADRIANE MARIA GONÇALVES

OAB/SP Nº 437.211

BEATRIZ CAMPOS ALVES

OAB/SP Nº 447.079